

**BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora
de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

Relatório da Administração

Srs. acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, vimos submeter à apreciação de V.Sas. e do público em geral, as demonstrações financeiras, elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, adaptadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e Relatório dos auditores independentes.

Risco operacional (Resolução CMN 3.380/06)

A estrutura de gerenciamento de risco operacional foi implementada, em conformidade com a Resolução CMN 3.380/06. A estrutura é responsável pela criação/manutenção de um sistema de gerenciamento de risco contínuo, que prevê a execução de controles tais como políticas, procedimentos, ferramentas, treinamentos e comunicação com objetivo de identificar e acompanhar os riscos associados à Instituição. O sistema abrange, entre outros, os procedimentos de documentação e armazenamento de informações referentes às perdas associadas ao risco operacional e relatórios de gerenciamento do risco operacional por meio dos quais os riscos são continuamente avaliados, mensurados, monitorados e mitigados para um nível de risco residual aceitável à esta Instituição.

Gerenciamento de risco de mercado, liquidez e crédito:

A estrutura de gerenciamento de riscos de mercado, liquidez e crédito é proporcional à dimensão da exposição da Instituição a tais riscos, considerando-se a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços do BNY Mellon no Brasil. A gestão é efetuada de forma centralizada, por área que mantém independência com relação à mesa de operações. São mantidas políticas e procedimentos internos relacionados ao gerenciamento de tais riscos, incluindo o monitoramento, processos de documentação e escalação que garantem que a administração esteja ciente dos riscos e possa determinar um plano de ação eficaz, caso a exposição alcance níveis superiores às metas de risco estabelecidas.

A Instituição encontra-se então apta a atender as exigências referentes à estrutura de gerenciamento do risco de mercado, liquidez e crédito descritas nas Resoluções CMN 3.464/07, 4.090/12 e 3.721/09 respectivamente.

Gerenciamento de risco de capital (Resolução CMN 3.988/11)

Em cumprimento à Resolução CMN nº 3.988, aos conceitos do Comitê de Basiléia e às Políticas Corporativas do BNY Mellon, a administração no Brasil definiu uma Estrutura de Gerenciamento de Capital compatível com a natureza das operações do BNY Mellon no Brasil e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos a seus clientes.

O gerenciamento de capital é realizado sob coordenação do Diretor Financeiro, responsável pelo gerenciamento de capital perante o Banco Central do Brasil, sendo membro do Comitê de auditoria e Comitê de Risco e Compliance, bem como da Diretoria Estatutária do Grupo, estando apto a identificar fatores que possam impactar os níveis de capital, tomando as providências de escalação interna necessárias à manutenção dos níveis de capital requeridos à continuidade dos negócios do Grupo de acordo com os padrões internos e os padrões estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

Fazem parte da estrutura de gerenciamento de capital, conjuntamente ao Diretor Financeiro, diversas áreas da Instituição, como Contabilidade, Risco Operacional e Controles

Internos, Risco de Mercado, Crédito e de Liquidez e “Decision Support”, que de forma integrada são responsáveis pela elaboração do plano de capital, partindo-se das projeções de receitas e despesas baseadas em indicadores e metas de crescimento do negócio e manutenção de um sistema de gerenciamento e monitoramento de risco contínuo, sob a supervisão da Diretoria do Grupo. Esta, por sua vez, é responsável por analisar relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital, fazer constar no relatório público sobre a estrutura de gerenciamento de capital sua responsabilidade pelas informações divulgadas, revisar e aprovar, no mínimo anualmente, as políticas e as estratégias, bem como o plano de capital a fim de determinar sua compatibilidade com o planejamento estratégico da Instituição e com as condições de mercado, compreender de forma abrangente e integrada os riscos que podem impactar o capital, aprovar a indicação do diretor responsável, a definição da estrutura organizacional e da política institucional, dos processos, dos procedimentos e dos sistemas necessários à efetiva implementação do gerenciamento de capital.

Por intermédio dessa estrutura, fica garantido o monitoramento e controle efetivo do capital para fazer face aos riscos que a Instituição está sujeita e as metas, considerando os objetivos estratégicos para o Brasil.

Os relatórios e políticas de gerenciamento de riscos estão disponibilizados, em sua íntegra, no site <https://www.bnymellon.com/br/pt/institutional-information/index.jsp>

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2016.

A Administração



KPMG Auditores Independentes
Av. Almirante Barroso, 52 - 4º
20031-000 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
Caixa Postal 2888
20001-970 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

Central Tel 55 (21) 3515-9400
Fax 55 (21) 3515-9000
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

À

Diretoria e aos acionistas da
BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Distribuidora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Distribuidora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Distribuidora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Distribuidora. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho das suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

Ênfase

Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 22.b às demonstrações financeiras, que descreve demandas judiciais nas quais a Distribuidora está envolvida, incluindo causa passiva de valor superior ao seu patrimônio líquido, a qual conta com carta fiança garantida pela Distribuidora e pela sua controladora final.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marco André C. Almeida
Contador CRC RJ-083701/O-0

BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2015	2014	Passivo	Nota	2015	2014
Circulante		<u>22.600</u>	<u>34.447</u>	Circulante		<u>34.857</u>	<u>34.112</u>
Disponibilidades		<u>213</u>	<u>395</u>	Outras obrigações		<u>34.857</u>	<u>34.112</u>
Aplicação Interfinanceira de liquidez	4	<u>2.000</u>	<u>7.002</u>	Sociais e estatutárias	13	11.422	8.165
Títulos e valores mobiliários				Fiscais e previdenciárias	13	8.358	8.755
Carteira própria	5	<u>-</u>	<u>-</u>	Diversas	13	15.077	17.192
Outros créditos		<u>20.387</u>	<u>27.050</u>	Passivo não circulante		<u>13.963</u>	<u>13.429</u>
Rendas a receber	6	16.081	20.855	Sociais e estatutárias	13	2.215	438
Diversos	7	5.522	7.138	Diversas	13	11.748	12.991
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	6	(1.216)	(943)	Resultado de exercícios futuros		<u>350</u>	<u>794</u>
Realizável a longo prazo		<u>76.023</u>	<u>74.136</u>	Patrimônio líquido		<u>79.425</u>	<u>94.507</u>
Títulos e valores mobiliários				Capital			
Carteira própria	5	<u>56.496</u>	<u>59.280</u>	De domiciliados no país	15	<u>55.185</u>	<u>55.185</u>
Outros créditos				Reservas de capital		4.361	1.905
Diversos	7	<u>19.527</u>	<u>14.856</u>	Reservas de lucros	15	19.878	37.588
Permanente		<u>29.972</u>	<u>34.259</u>	Ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários	5	1	(171)
Investimentos		<u>13.180</u>	<u>16.995</u>				
Participações em controladas no país	8	11.702	10.829				
Outros investimentos	9	1.628	6.316				
(-) Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	9	(150)	(150)				
Imobilizado	10	<u>13.243</u>	<u>14.296</u>				
Outras imobilizações de uso		34.017	32.219				
Depreciações acumuladas		(20.774)	(17.923)				
Diferido	11	<u>-</u>	<u>46</u>				
Gastos de organização e expansão		8.724	18.322				
Amortizações acumuladas diferido		(8.724)	(10.962)				
(-) Perdas estimadas para redução ao valor recuperável		-	(7.314)				
Intangível	12	<u>3.549</u>	<u>2.922</u>				
Ativos intangíveis		8.891	7.606				
Amortizações acumuladas - Intangível		(5.342)	(4.684)				
Total		<u><u>128.595</u></u>	<u><u>142.842</u></u>	Total		<u><u>128.595</u></u>	<u><u>142.842</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S

Demonstrações de resultados

Semestres e exercício findos em 31 de dezembro de 2015 e exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

		<u>Exercícios findos em</u> <u>31 de dezembro de</u>		
	Nota	2º semestre 2015	2015	2014
Receitas da intermediação financeira		<u>4.010</u>	<u>7.625</u>	<u>4.889</u>
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	17	4.010	7.625	4.889
Resultado bruto da intermediação financeira		<u>4.010</u>	<u>7.625</u>	<u>4.889</u>
Outras receitas (despesas) operacionais		<u>(25.133)</u>	<u>(27.339)</u>	<u>8.768</u>
Receitas de prestação de serviços	18	67.868	141.340	173.959
Despesas de pessoal	19	(53.305)	(96.634)	(87.491)
Outras despesas administrativas	20	(30.879)	(58.799)	(62.317)
Despesas tributárias		(5.417)	(11.323)	(13.038)
Resultado de participação em controladas	8	(488)	874	4.656
Outras receitas / (despesas) operacionais	21	(2.912)	(2.797)	(7.001)
Resultado operacional		<u>(21.123)</u>	<u>(19.714)</u>	<u>13.657</u>
Resultado não operacional		<u>(5.503)</u>	<u>(5.537)</u>	<u>(342)</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		<u>(26.626)</u>	<u>(25.251)</u>	<u>13.315</u>
Imposto de renda e contribuição social		<u>6.239</u>	<u>4.768</u>	<u>(8.055)</u>
Provisão para imposto de renda	14	317	(34)	(6.265)
Provisão para contribuição social	14	-	-	(3.620)
Ativo fiscal diferido		5.922	4.802	1.830
Participações de administradores e empregados no lucro	24	<u>5.136</u>	<u>2.773</u>	<u>(2.312)</u>
(Prejuízo)/Lucro líquido do semestre/exercício		<u>(15.251)</u>	<u>(17.710)</u>	<u>2.948</u>
Quantidade de ações	15	<u>15.785.730</u>	<u>15.785.730</u>	<u>15.785.730</u>
Lucro/Prejuízo por ação		<u>(0,97)</u>	<u>(1,12)</u>	<u>0,19</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres e exercício findos em 31 de dezembro de 2015 e exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais)

	Reserva de capital		Reserva de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
	Capital	Outras	Legal	Especial			
Saldos em 1º de janeiro de 2014	55.185	975	3.827	30.842	60	-	90.889
	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	(231)	-	(231)
Transações de pagamento baseado em ação ^s	-	930	-	-	-	-	930
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	2.948	2.948
Destinações do lucro:							
Reserva legal	-	-	148	-	-	(148)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	(29)	(29)
Reserva especial	-	-	-	2.771	-	(2.771)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>55.185</u>	<u>1.905</u>	<u>3.975</u>	<u>33.613</u>	<u>(171)</u>	<u>-</u>	<u>94.507</u>
Mutações do exercício	<u>-</u>	<u>930</u>	<u>148</u>	<u>2.771</u>	<u>(231)</u>	<u>-</u>	<u>3.618</u>
Saldos em 1º de Janeiro de 2015	55.185	1.905	3.975	33.613	(171)	-	94.507
	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	172	-	172
Transações de pagamento baseado em ação ^s	-	2.456	-	-	-	-	2.456
Prejuízo líquido no exercício	-	-	-	-	-	(17.710)	(17.710)
Destinações do lucro:							
Reserva especial	-	-	-	(17.710)	-	17.710	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	<u>55.185</u>	<u>4.361</u>	<u>3.975</u>	<u>15.903</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>79.425</u>
Mutações do semestre	<u>-</u>	<u>2.456</u>	<u>-</u>	<u>(17.710)</u>	<u>172</u>	<u>-</u>	<u>(15.082)</u>
Saldos em 1º de Julho de 2015	55.185	3.713	3.975	33.613	(93)	(2.459)	93.934
	-	-	-	-	94	-	94
Ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	-
Transações de pagamento baseado em ação ^s	-	648	-	-	-	-	648
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-	-	-	(15.251)	(15.251)
Destinações do lucro:							
Reserva especial	-	-	-	(17.710)	-	17.710	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>55.185</u>	<u>4.361</u>	<u>3.975</u>	<u>15.903</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>79.425</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Semestres e exercício findos em 31 de dezembro de 2015 e exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais)

	2º semestre de 2015	2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais:			
(Prejuízo)/Lucro líquido do semestre/exercício antes do imposto de renda e contribuição social	(21.490)	(22.478)	11.003
Ajustes ao prejuízo/lucro líquido:	9.674	12.945	81
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	250	273	(2.048)
Depreciações e amortizações	2.771	5.461	5.508
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável		-	352
Perdas em outros investimentos	5.485	5.485	-
Resultado de participação em controlada	488	(874)	(4.656)
Pagamento baseado em ações	648	2.456	930
Perda na alienação de ativo	(62)	(28)	226
Ajuste a valor de mercado TVM	94	172	(231)
Lucro líquido ajustado:	(11.816)	(9.533)	11.084
Variação de ativos e passivos			
(Aumento)/Redução em aplicação interfinanceira de liquidez	1.050	5.002	(7.002)
(Aumento)/Redução em títulos e valores mobiliários	1.414	2.784	(5.020)
Aumento/(Redução) em resultados de exercícios futuros	(65)	(444)	(267)
(Aumento)/Redução em outros créditos - rendas a receber	97	118	7.570
(Aumento)/Redução em outros créditos - diversos	1.737	2.710	(1.655)
Aumento/(Redução) em outras obrigações	5.743	3.574	13.872
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(3.288)	(13.895)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(1.840)	923	4.687
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:			
Dividendos recebidos da controlada	4.656	4.656	1.994
Aquisição de outros investimentos	(354)	(797)	(523)
Aquisição de imobilizado de uso	(1.840)	(3.403)	(5.103)
Alienação de imobilizado de uso	156	156	109
Aumento de intangível	(930)	(1.717)	(1.714)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	1.688	(1.105)	(5.237)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	(29)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	-	-	(29)
Aumento/Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(152)	(182)	(579)
Saldo no início do semestre	365	395	974
Saldo no fim do semestre	213	213	395
Aumento/Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(152)	(182)	(579)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Distribuidora” ou “BNY Mellon DTVM”), subsidiária integral direta da BNY Mellon Participações Ltda., iniciou suas atividades em 1997, e assim como sua controlada BNY Mellon Administração de Ativos Ltda., presta serviços de administração e gestão de fundos e clubes de investimento, constituídos no Brasil e no exterior, fazendo jus a percentuais, definidos contratualmente, das taxas de administração e performance devidas pelos respectivos fundos e clubes de investimento. A BNY Mellon Participações Ltda. detém diretamente 99,99% das ações da Distribuidora, sendo que sua controladora final é o The Bank of New York Mellon Corporation (“BNY Mellon Corporation”), com sede em Nova Iorque.

A Distribuidora está localizada na Avenida Presidente Wilson, 231 - 4º/6º(parte)/11º/13º(parte) andares, Rio de Janeiro, Brasil.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Distribuidora são de responsabilidade da sua Administração, e foram elaboradas com observância das práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), e normas e instruções do BACEN, e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

Na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Distribuidora levou em consideração a aplicação das alterações na Legislação Societária e as alterações introduzidas pela Lei nº 11.941/09, assim como as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC que foram regulamentadas pelo BACEN até o momento. São elas: (a) tratamento contábil do saldo das reservas de capital e da destinação dos lucros acumulados; (b) tratamento contábil do ativo imobilizado e diferido; (c) reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos; (d) apresentação das demonstrações dos fluxos de caixa em vez das demonstrações das origens e aplicações de recursos; (e) divulgação sobre partes relacionadas; (f) reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; (g) reconhecimento e divulgação nas demonstrações contábeis das transações com pagamento baseado em ações; (h) tratamento de políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; (i) contabilização e divulgação sobre eventos subsequentes; e (j) estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro. Até a presente data, não é possível estimar quando os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC serão aprovados pelo BACEN.

Em 25 de junho de 2015 foi emitida a Resolução CMN 4.424, que dispõe que as instituições financeiras e as demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN devem observar, a partir de 1º de janeiro de 2016, o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados (CPC 33), aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em 7 de dezembro de 2012.

Nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 e 2014, o saldo de provisão para devedores duvidosos foi reclassificado para o grupo “Outras Despesas/Receitas Operacionais”. O mesmo ocorreu para o saldo referente à Gratificação à Diretoria, que foi reclassificado do grupo “Outras Obrigações - Diversas” para o grupo “Outras Obrigações - Sociais e Estatutárias”.

A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela diretoria da Distribuidora em 25 de fevereiro de 2016.

3 Base de preparação e principais práticas contábeis

a. Apuração de resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais. O Real é a moeda funcional da Distribuidora e sua controlada. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Distribuidora revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente, na data da apresentação das demonstrações financeiras.

d. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Distribuidora pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras, na data de apresentação, são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

e. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e deduzido de eventuais provisões para desvalorização, quando aplicável. Os rendimentos auferidos nesta operação estão reconhecidos e apresentados no resultado na rubrica “Receitas da Intermediação Financeira – Resultado de operações com títulos e valores mobiliários” e “Despesas da Intermediação Financeira – Resultado de operações com títulos e valores mobiliários”, quando aplicável.

f. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados, com base nos critérios estabelecidos pela Circular nº 3.068/01 do BACEN, na categoria de títulos disponíveis para venda, e ajustados pelo valor de mercado, sendo estes ajustes contabilizados em contrapartida à conta destacada de patrimônio líquido denominada “Ajuste de avaliação patrimonial”, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

g. Demais ativos circulantes

Os demais ativos circulantes são demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base *pro rata* dia), deduzidos das correspondentes rendas de realização futura e/ou provisões para perdas, quando aplicável.

h. Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa vem sendo constituída por valor considerado suficiente pela administração para fazer face e eventuais perdas, sobre os valores vencidos há mais de 180 dias, respeitando os percentuais de probabilidade de perda definidos pela política global do BNY Mellon Corporation para essa estimativa, que variam entre 20% (para valores vencidos entre 181 e 365 dias), 40% (para valores vencidos de 366 até 730 dias) e 100% (para valores vencidos há mais de 730 dias), podendo ser complementada se necessário.

i. Permanente

Investimentos

A participação em empresa controlada é representada, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, por 99,99% do capital da BNY Mellon Administração de Ativos Ltda., avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

Os outros investimentos, representados pelo Projeto Galgo, títulos patrimoniais do Gávea Golf and Country Club do Rio de Janeiro e cotas patrimoniais da ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais, estão avaliados ao custo, deduzidos das perdas por redução ao valor recuperável.

Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica estimado dos bens, e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável. Atualmente, a taxa de depreciação aplicada para instalações, móveis e equipamentos de uso é de 10% ao ano e, para sistemas de comunicação, sistemas de processamento de dados e de transporte é de 20% ao ano.

Diferido

O diferido é composto por gastos com desenvolvimento de sistemas e por gastos com melhorias em imóveis alugados, registrados ao custo e amortizados no prazo de cinco anos, ou pelo prazo de vigência do contrato de locação, dos dois o menor.

De acordo com a Resolução do CMN 3.617/08, a conta do ativo diferido foi descontinuada, facultando a permanência dos saldos existentes em 30 de setembro de 2008 até a sua efetiva baixa.

Intangível

O intangível é composto por *softwares* adquiridos de terceiros e desenvolvidos internamente, sendo mensurado pelo custo de aquisição, deduzido de amortização acumulada e, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

j. Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos, aprovado pela Resolução CMN 3.566, de 29 de maio de 2008, se, com base na análise da Administração, o valor contábil dos ativos da Distribuidora e sua controlada exceder o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por *impairment* no resultado.

k. Passivos circulantes

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores das obrigações conhecidas ou calculáveis na data do balanço, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias incorridas (em base *pro rata* dia).

l. Benefícios a empregados

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível, quando aplicável. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

Planos de Benefício definido

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Distribuidora quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Distribuidora e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Distribuidora, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Distribuidora. Um benefício econômico está disponível à Distribuidora se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecido no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido (*vested*). Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

A Distribuidora reconhece todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de planos de benefício definido no resultado, quando aplicável.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo, se a Distribuidora tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

m. Transações de pagamento baseado em ações

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 10 R1 - Pagamento baseado em ações, aprovado pela Resolução do CMN nº 3.989, de 30 de junho de 2012, o valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações é reconhecido na data de outorga, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que todas as condições requeridas no plano de remuneração dos diretores da Distribuidora serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*). Para benefícios de pagamento baseados em ações com condição não adquirida (*non-vesting*), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais, quando aplicável.

n. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Distribuidora tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

o. Resultado de exercícios futuros

Refere-se às receitas recebidas antecipadamente de prestação de serviços de agente de cálculo, fiduciário, garantias, informação, pagamento e contas, registro e custódia dos clientes do “Corporate Trust”.

p. Capital social

O capital social da Distribuidora é composto por ações ordinárias, que são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios da Distribuidora, conforme definido em estatuto social, são reconhecidos como passivo no final do exercício.

q. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda e o imposto de renda diferido foram calculados à alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A provisão para contribuição social e a contribuição social diferida foram calculadas à alíquota de 15% sobre o lucro antes do imposto de renda até agosto de 2015, e à alíquota de 20% a partir da competência setembro, conforme alterações trazidas pela Lei 13.169 de 6 de outubro de 2015.

r. Lucro por ação

O lucro por ação é calculado com base na quantidade de ações em circulação nas datas dos balanços.

4 Aplicação interfinanceira de liquidez

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as aplicações interfinanceiras de liquidez estão assim classificadas:

	2015			2014		
	Valor contábil	Vencimento	Taxa de juros (a.a)	Valor contábil	Vencimento	Taxa de juros (a.a)
Aplicações no mercado aberto						
Letras do Tesouro Nacional	2.000	Até 30 dias	14,14%	7.002	Até 30 dias	11,62%
Posição Bancada	2.000			7.002		

5 Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os títulos e valores mobiliários, registrados na categoria de “Disponíveis para venda” e suas respectivas faixas de vencimento, estão assim classificados:

	Vencimento	2015			2014		
		Valor de mercado	Custo corrigido	Ganhos não realizados	Valor de mercado	Custo corrigido	Perdas não realizadas
Títulos de Renda Fixa		56.496	56.493	3	59.280	59.565	(285)
Letras Financeiras do Tesouro (a)	Após 1 ano	56.496	56.493	3	59.280	59.565	(285)
Total		<u>56.496</u>	<u>56.494</u>	<u>2</u>	<u>59.280</u>	<u>59.565</u>	<u>(285)</u>
Efeito tributário				(1)			114
Efeito líquido no patrimônio líquido				<u>1</u>			<u>(171)</u>

(a) Refere-se a títulos públicos federais emitidos pelo Tesouro Nacional, que possuem taxas de juros pós-fixadas indexadas pela SELIC.

6 Rendas a receber

	2015	2014
Taxa de administração - carteiras administradas / fundos de investimento	13.157	12.592
Taxa de administração - fundos offshore	2.921	2.833
Dividendos a receber (nota explicativa nº 25)	-	4.657
Outras receitas de prestação de serviços	3	773
Total de Rendas a receber	16.081	20.855
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (a)	(1.216)	(943)

- (a) A Distribuidora possui provisão para outros créditos de liquidação duvidosa, que foi constituída sobre os valores vencidos há mais de 180 dias, respeitando os percentuais de probabilidade de perda definidos pela política contábil do BNY Mellon Corporation, conforme descrito na nota explicativa nº 3h.

Esta provisão, nos respectivos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, leva em consideração a melhor estimativa de recuperabilidade desses valores, realizada pela Administração.

7 Outros créditos - Diversos

	2015	2014
Imposto de renda e contribuição social a compensar	935	-
Crédito tributário (Nota 14)	16.205	11.516
Adiantamentos a funcionários	427	22
Depósitos judiciais - COFINS exigibilidade suspensa (Nota 22)	2.141	2.097
Depósitos judiciais – Outros	1.181	1.243
Despesa antecipadas (a)	1.886	1.912
Valores a receber - Empresas do Grupo (b)	727	138
Devedores Diversos - País (c)	1.505	5.025
Outros	42	41
Total	25.049	21.994
Ativo circulante	5.522	7.138
Ativo realizável a longo prazo	19.527	14.856

- (a) O saldo de 2015 refere-se, substancialmente, à licença de *software* com a Microsoft cujo montante de despesa a apropriar é de R\$ 585, e contrato de fiança com montante de despesa a apropriar de R\$ 847.
- (b) Valores a receber de Empresas do grupo BNY Mellon no Brasil e no exterior, referentes ao rateio de despesas do grupo, que são reconhecidas no resultado da Distribuidora e pagas mensalmente, conforme descrito na nota explicativa nº 25
- (c) Valores a receber de fundos administrados pela Distribuidora, referentes a despesas pagas por conta e ordem destess fundos, de auditoria externa, jurídico, CETIP, entre outras. A Distribuidora realiza certos pagamentos em nome dos fundos e conseqüentemente, reconhece um contas a receber para fins de ressarcimento dessas despesas.

8 Participação em controladas

	BNY Mellon Administração de Ativos Ltda.		
	2º semestre de 2015	Exercício findo em 31 de dezembro	
		2015	2014
Capital social	6.131	6.131	6.131
Quantidade de cotas	9.999	9.999	9.999
Percentual de participação	99,99%	99,99%	99,99%
Patrimônio líquido	11.703	11.703	10.830
Prejuízo/Lucro líquido do semestre//exercícios	(488)	874	4.656
Investimento - Participação na controlada	11.702	11.702	10.829
Resultado de equivalência patrimonial	(488)	874	4.656

A controlada BNY Mellon Administração de Ativos Ltda. faz a gestão da carteira de alguns fundos de investimento administrados pela Distribuidora e recebe parte da taxa de administração e a taxa de performance desses fundos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a BNY Mellon Administração de Ativos Ltda. pagou dividendos no valor de R\$ 4.656 referentes aos dividendos adicionais propostos no exercício findo em 31 de dezembro de 2014. O lucro líquido apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 no montante de R\$ 874 foi integralmente destinado para a reserva Especial de Lucros.

9 Outros investimentos

A composição de outros investimentos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, está assim apresentada:

	2015	2014
Títulos Patrimoniais:		
Gávea Golf and Country Club	150	150
(-) Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	(150)	(150)
Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - Anbima	6	6
Projeto do Sistema Galgo (a)	<u>1.472</u>	<u>6.160</u>
Total	<u>1.478</u>	<u>6.166</u>

- a) O investimento no projeto Galgo é um condomínio, onde 14 instituições do mercado financeiro e de capitais participam, com a finalidade de desenvolver um sistema que integre as instituições financeiras, padronizando e centralizando a transferência de informação entre as prestadoras de serviço de administração de recursos, controladoria, custódia, distribuição e negociação de ativos, de maneira ágil e confiável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi deliberada a constituição de uma empresa, denominada Galgo S.A., para receber e operacionalizar tal sistema, sendo definido um valor de integralização das ações cuja participação da Distribuidora corresponde a R\$1.472, de forma que foi apurada uma perda no seu valor recuperável no montante de R\$ 5.485, o qual foi registrado no resultado na Distribuidora no grupo de despesa não operacional. Atualmente a constituição da sociedade encontra-se em fase de aprovação dos órgãos reguladores.

10 Imobilizado de uso

A composição do imobilizado de uso, líquido das depreciações acumuladas e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, está assim apresentada:

	Taxa anual	2015	2014
Instalações	10%	3.680	4.427
Móveis e equipamentos	10%	3.324	3.473
Sistema de comunicação	20%	456	574
Sistema de processamento de dados	20%	3.662	4.187
Veículos	20%	718	599
Imobilizações em curso	-	<u>1.404</u>	<u>1.036</u>
Total		<u>13.244</u>	<u>14.296</u>

Os valores contábeis dos ativos imobilizados da Distribuidora foram avaliados pela Administração, para fins de apresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 e 2014, e não houve indicação de redução ao valor recuperável (*impairment*).

11 Ativo diferido

A composição do ativo diferido, líquido das amortizações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, está assim apresentada:

	2015	2014
Lista de clientes (a)	<u>-</u>	<u>46</u>
Total	<u><u>-</u></u>	<u><u>46</u></u>

- (a) Refere-se a aquisição em 16 de agosto de 2007, das atividades de “Corporate Trust” no Brasil do Banco JP Morgan S.A. pelo valor de US\$ 6.730, correspondente a R\$ 13.416, registrado ao custo e amortizado de acordo com o prazo de vigência de cada contrato.

As atividades de Corporate Trust no Brasil apresentaram indicadores de perdas no seu valor recuperável, em função de avaliações do fluxo de caixa descontado das receitas dos clientes ativos de “Corporate Trust”, realizada anualmente, a partir de maio 2011. A Distribuidora adotou como base a projeção das receitas para os exercícios seguintes, até 2019, de acordo com o prazo de vigência dos contratos, sendo 2019 o término dos últimos contratos, que afetam diretamente o caixa da Distribuidora.

Para o exercício de 2014 a avaliação dos indicadores de perda para redução ao valor recuperável foi atualizada com base na projeção das receitas para o exercício de 2015, de acordo com os prazos de rescisão dos contratos, que estavam previstos para janeiro, março e julho de 2015. Com base nessa avaliação, a Distribuidora reconheceu uma perda adicional no montante de R\$ 202, conforme descrito na nota explicativa nº 20.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o saldo da lista de clientes foi totalmente amortizado e, de acordo com a nova avaliação dos indicadores de perda para redução ao valor recuperável, não houve indicador de reversão das provisões para perda anteriormente reconhecidas. Com base nessa análise a Distribuidora realizou a baixa definitiva da lista de clientes.

12 Ativo intangível

A composição do ativo intangível, líquido das amortizações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, estão assim apresentadas:

	2015	2014
<i>Software</i>	719	1.358
<i>Software em andamento</i>	<u>2.830</u>	<u>1.564</u>
Total	<u><u>3.549</u></u>	<u><u>2.922</u></u>

Os valores contábeis dos ativos intangíveis da Distribuidora foram avaliados pela Administração, para fins de apresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 e 2014, e não houve indicação de redução ao valor recuperável (*impairment*).

13 Outras obrigações

O saldo de outras obrigações, apresentados no balanço em 31 de dezembro de 2015 e 2014, é composto pelas seguintes rubricas de contas:

a. Sociais e estatutárias

	2015	2014
Provisão para participação nos lucros e gratificações a pagar	7.316	3.215
Gratificação diretoria	6.321	5.359
Dividendos a pagar	<u>-</u>	<u>29</u>
Total	<u><u>13.637</u></u>	<u><u>8.603</u></u>
Passivo circulante	11.422	8.165
Passivo não circulante	2.215	438

b. Fiscais e previdenciárias

	2015	2014
Imposto de renda e contribuição social	-	2.293
Imposto de renda retido na fonte – Funcionários	1.182	891
INSS e FGTS a recolher	6.103	4.423
ISS, PIS e COFINS a recolher	903	1.106
Outros impostos e contribuições a recolher	<u>170</u>	<u>42</u>
Total	<u><u>8.358</u></u>	<u><u>8.755</u></u>

c. Diversas

	2015	2014
Salários e encargos a pagar	6.417	7.966
Contas a pagar (c1)	3.616	4.443
Valores a pagar - Empresas do Grupo BNY Mellon no exterior (c2)	337	122
Fundos encerrados e transferidos (c3)	2.029	1.971
Fundos ativos (c4)	1.220	1.368
Provisão para contingências (Nota 22)	11.748	12.991
Provisões Auditoria e Publicação	175	174
Provisão Multa CVM (c5)	1.237	874
Credores diversos - Tesouraria (c6)	11	48
Outras obrigações	35	226
Total	26.825	30.183
Passivo circulante	15.077	17.192
Passivo não circulante	11.748	12.991

- (c1) Referem-se às despesas operacionais da Distribuidora com diversos fornecedores de serviços.
- (c2) Referem-se a valores a pagar para Empresas do grupo BNY Mellon referentes ao rateio de despesas do grupo que são reconhecidas no resultado da Distribuidora e pagas periodicamente. Para fins fiscais, são consideradas despesas indedutíveis.
- (c3) Referem-se a valores recebidos dos fundos encerrados e transferidos para que a Distribuidora possa realizar pagamentos remanescentes referentes a despesas dos fundos (auditoria externa, jurídico, CETIP, entre outras despesas).
- (c4) Referem-se a valores recebidos, de forma antecipada, dos fundos administrados pela Distribuidora, para liquidação futura de algumas despesas dos fundos, como auditoria externa, jurídico, cartório, entre outras despesas, cujas faturas ainda não foram emitidas pelos respectivos prestadores de serviço.
- (c5) Referem-se a multas aplicadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM pelo atraso no envio de informações periódicas à CVM dos fundos de investimentos administrados pela Distribuidora.
- (c6) Referem-se a valores devidos aos credores de um cliente de Corporate Trust que está em fase de recuperação judicial, o qual a Distribuidora presta serviço de agente de garantias.

14 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação entre os valores apurados conforme alíquotas fiscais e os valores registrados no resultado do semestre e exercícios podem ser resumidos da seguinte forma:

	2º semestre de 2015		2015		2014	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Prejuízo/lucro antes da tributação sobre o lucro e participações	(26.626)	(26.626)	(25.251)	(25.251)	13.315	13.315
Participações de administradores e empregados no lucro	5.136	5.136	2.773	2.773	(2.312)	(2.312)
Prejuízo/lucro antes da tributação sobre o lucro	<u>(21.490)</u>	<u>(21.490)</u>	<u>(22.478)</u>	<u>(22.478)</u>	<u>11.003</u>	<u>11.003</u>
Ajuste do Regime Tributário de Transição - RTT - Amortização e Impairment do Diferido	-	-	-	-	(599)	(599)
Lucro Líquido após ajuste do RTT	<u>(21.490)</u>	<u>(21.490)</u>	<u>(22.478)</u>	<u>(22.478)</u>	<u>10.404</u>	<u>10.404</u>
Adições permanentes	6.317	3.901	17.759	8.345	16.434	11.348
Adições temporárias	3.487	3.487	5.634	5.634	17.789	17.789
Exclusões permanentes - Equivalência patrimonial	488	488	(874)	(874)	(4.656)	(4.656)
Adições/exclusões temporárias - Participações nos lucros e gratificações	5.141	7.295	6.550	7.577	(7.067)	(3.358)
Exclusões temporárias – outros	(6.668)	(6.668)	(12.601)	(12.601)	(7.394)	(7.395)
Exclusões permanentes	<u>(165)</u>	<u>(42)</u>	<u>(5.499)</u>	<u>(42)</u>	<u>(92)</u>	<u>-</u>
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	(12.890)	(13.029)	(11.509)	(14.439)	25.418	24.132
Imposto de renda e contribuição social no resultado do semestre/exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.331</u>	<u>3.620</u>
Deduções por incentivo fiscal	-	-	-	-	(66)	-
Ajuste do IRPJ e CSLL do exercício anterior	-	-	34	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado do semestre/exercício	<u>(317)</u>	<u>-</u>	<u>34</u>	<u>-</u>	<u>6.265</u>	<u>3.620</u>

Em 31 de dezembro de 2015, a Distribuidora tinha saldo nas diferenças temporárias de aproximadamente R\$ 32.188 para imposto de renda e de R\$ 40.969 para contribuição social (em 31 de dezembro de 2014: R\$ 26.696 para imposto de renda e R\$ 31.520 para contribuição social), sobre as quais foram constituídos créditos tributários no montante de R\$ 8.047 e R\$ 8.157 respectivamente (em 31 de dezembro de 2014: R\$ 6.674 para imposto de renda e de R\$ 4.728 para contribuição social).

(a) Créditos tributários

A movimentação dos créditos tributários oriundos de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, bem como da provisão para impostos diferidos sobre diferenças temporárias, pode ser assim demonstrada:

2015				
	Saldo em 31.12.2014	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2015
Prejuízos fiscais	-	1.477	-	1.477
Base negativa da contribuição social	-	1.768	-	1.768
Diferenças temporárias	<u>11.402</u>	<u>12.954</u>	<u>(11.396)</u>	<u>12.960</u>
Total crédito tributário	<u>11.402</u>	<u>16.199</u>	<u>(11.396)</u>	<u>16.205</u>
Provisão para impostos diferidos (a)	<u>114</u>	<u>1</u>	<u>(114)</u>	<u>1</u>
2014				
	Saldo em 31.12.2013	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2014
Prejuízos fiscais	-	-	-	-
Base negativa da contribuição social	-	-	-	-
Diferenças temporárias	<u>9.573</u>	<u>11.593</u>	<u>(9.764)</u>	<u>11.402</u>
Total crédito tributário	<u>9.573</u>	<u>11.593</u>	<u>(9.764)</u>	<u>11.402</u>
Provisão para impostos diferidos (a)	<u>40</u>	<u>114</u>	<u>(40)</u>	<u>114</u>

- (a) Refere-se à provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ganhos não realizados em títulos e valores mobiliários.

Conforme estudo técnico realizado, devidamente aprovado em Ata de Reunião de Diretoria, a Distribuidora tem a expectativa de realizar os créditos tributário em até dez anos, conforme estabelecido na Resolução do banco Central 3.059 de 20 de dezembro de 2002.

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
IRPJ	3.652	177	2.886	375	219	249	380	88	-	21	8.047
CSLL	4.092	141	2.309	264	175	199	228	261	300	188	8.158
											16.205

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado está representado por 15.785.730 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a BNY Mellon Participações Ltda. detinha 99,99% das ações da Distribuidora.

b. Reserva de capital

A reserva de capital foi constituída com os valores referentes ao plano de pagamento baseado em ações, reconhecido a partir de dezembro de 2012 pela Distribuidora, que faz parte do programa de remuneração global de executivos e profissionais do BNY Mellon Corporation. Esta Empresa possui planos de incentivo de longo prazo que preveem a emissão de ações restritas, opções de ações e outras premiações com base em ações, que incluem executivos da Distribuidora no Brasil. Vide Nota Explicativa nº 16.

c. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada balanço, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

d. Reserva de lucros

É constituída com o saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após as destinações estabelecidas, de acordo com o estatuto da Distribuidora.

e. Ajuste de avaliação patrimonial

A reserva para ajuste de avaliação patrimonial representa as variações líquidas acumuladas do valor justo de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda até que os investimentos sejam baixados ou sofram perda por redução no valor recuperável (*impairment*).

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício, quando da alienação dos ativos a que elas se referem.

f. Dividendos

De acordo com o estatuto social, os acionistas fazem jus a dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido apurado nos termos da lei. As distribuições são aprovadas em reuniões dos acionistas, quando convocadas para esse fim.

16 Transação de pagamento baseado em ações

Como parte do programa de remuneração global de executivos e profissionais, o BNY Mellon Corporation possui planos de incentivo de longo prazo que preveem a emissão de ações restritas, opção de ações e outras premiações com base em ações, que incluem executivos da Distribuidora no Brasil.

Conforme a Resolução nº 3.989/11 do BACEN, que determina que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, devem observar o Pronunciamento Técnico CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, a Distribuidora reconheceu no exercício de 2015 o montante de R\$ 2.456 (R\$ 930 em 31 de dezembro de 2014) no grupo de “Despesas de pessoal”. Vide Nota Explicativa nº 19.

As opções de ações são emitidas a valor justo na data de atribuição a executivos da Distribuidora e, geralmente, são exercíveis entre 3 e 5 anos a partir da data de sua emissão. Para o cálculo do valor justo de mercado foi utilizado o método binomial lattice-based. As ações não possuem direito a voto, e só podem ser vendidas, por opção do empregado, à BNY Mellon Corporation a um preço baseado geralmente no valor justo no momento da recompra.

Em fevereiro 2015 foram emitidas 26.764 opções de ações do BNY Mellon Corporation ao preço unitário de exercício de US\$ 39,44. Em 31 de dezembro de 2015, o preço unitário de fechamento das ações do BNY Mellon Corporation na NYSE - New York Stock Exchange é de US\$ 41,22.

17 Receitas e despesas da intermediação financeira

Referem-se aos rendimentos auferidos, com base na taxa de remuneração, das aplicações em títulos e valores mobiliários e das operações compromissadas, reconhecidos no resultado nas rubricas de “Receitas da Intermediação Financeira - Resultado de operações com títulos e valores mobiliários”.

Os rendimentos auferidos nas aplicações em títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro de 2015 montam a R\$ 7.625 (R\$ 4.889 em 31 de dezembro de 2014).

18 Receitas de prestação de serviços

A Distribuidora é administradora de fundos e carteiras de investimento cujos contratos de prestação de serviços foram firmados com os respectivos gestores. A Distribuidora também presta serviços de administração de carteiras de investimentos de companhias abertas, serviços de controladoria para fundos internacionais e outros. A receita auferida com a prestação desses serviços é calculada sobre percentual definido em contrato, da taxa de administração prevista em todo e qualquer regulamento de fundo de investimento, clube de investimento e/ou carteira de investimento.

O total de recursos administrados em 31 de dezembro de 2015 monta a R\$ 162.633.094 (R\$ 200.015.535 em 31 de dezembro de 2014).

Esse montante refere-se ao somatório dos patrimônios líquidos dos fundos e carteiras administrados, sem a eliminação dos seus investimentos em outros fundos ou carteiras administradas.

A composição das receitas com prestação de serviços do 2º semestre de 2015 e dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 pode ser resumida da seguinte forma:

	2º semestre de 2015	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
		2015	2014
Taxa de administração de fundos de investimento	49.896	104.119	131.890
Controladoria de fundos internacionais	7.030	13.567	13.884
Receita de repasse a Distribuidores –Rebate	2.110	5.635	7.785
Taxa de administração de carteiras	2.563	4.969	4.594
Taxa de administração de companhias abertas	-	1.219	2.437
Agenciamento e intermediação de títulos e outras rendas - Corporate Trust	726	1.555	2.678
Serviços de representação legal	2.185	4.175	4.382
Agenciamento e intermediação de títulos	2.728	4.944	4.233
Outros serviços	630	1.157	2.076
Total	67.868	141.340	173.959

19 Despesas de pessoal

	2º semestre de 2015	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
		2015	2014
Proventos	(23.113)	(42.265)	(44.354)
Gratificação funcionários	(11.670)	(17.124)	(6.038)
Gratificação diretoria	(2.275)	(3.926)	(4.995)
Benefícios a empregados	(5.019)	(9.662)	(10.275)
Encargos sociais	(13.141)	(22.648)	(18.710)
Despesa relacionada a plano de contribuição definida (Nota 23)	(358)	(1.124)	(1.648)
Despesa relacionada a plano de benefício definido (Nota 23)	(191)	(360)	(288)
Reversão de despesa referente a passivo atuarial - Plano de benefício definido (Nota 23)	-	-	466
Transações de pagamento baseado em ações (Nota 16)	(648)	(2.456)	(930)
Outras despesas	(191)	(370)	(719)
Contrato de rateio de custos e despesas de pessoal (Nota 25)	3.301	3.301	-
Total	(53.305)	(96.634)	(87.491)

20 Outras despesas administrativas

	<u>Exercícios findos em 31 de dezembro de</u>		
	<u>2º semestre de 2015</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Processamento de dados	(5.656)	(10.891)	(10.655)
Amortização e depreciação	(2.772)	(5.462)	(5.508)
Perda por redução ao valor recuperável (Nota 11)	-	-	(202)
Provisão para perda com Títulos Patrimoniais	-	-	(150)
Serviços de terceiros	(3.634)	(6.883)	(5.939)
Despesa de repasse a Distribuidores - Rebate	(1.935)	(5.158)	(7.097)
Aluguéis	(4.174)	(8.583)	(9.022)
Serviços técnicos especializados	(2.864)	(5.319)	(4.748)
Comunicações	(485)	(1.110)	(984)
Transporte	(372)	(815)	(749)
Propaganda e publicações	(649)	(760)	(188)
Viagens no país/exterior	(752)	(1.440)	(1.122)
Manutenção e conservação de bens	(779)	(1.474)	(1.104)
Serviços financeiros	(1.699)	(2.826)	(1.192)
Provisão para contingências e ou processos	(2.809)	(3.231)	(9.530)
Provisão multa CVM	(589)	(589)	(275)
Água, energia e gás	(778)	(1.470)	(911)
Material	(125)	(236)	(271)
Contribuições filantrópicas	(75)	(222)	(44)
Promoções e relações públicas	(274)	(397)	(301)
Outras despesas	(1.296)	(2.771)	(2.325)
Contrato de Rateio de Custos e Despesas de Outras Despesas Administrativas (Nota 25)	838	838	-
Total	<u>(30.879)</u>	<u>(58.799)</u>	<u>(62.317)</u>

21 Outras receitas / (despesas) operacionais

	<u>Exercícios findos em 31 de dezembro de</u>		
	<u>2º semestre de 2015</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Despesas corporativas internacionais (a)	(2.013)	(3.466)	(1.871)
Despesas/receitas gerais com fundos (b)	(1.763)	(2.195)	(1.083)
Resultado líquido de variação cambial	506	912	228
Reversão / (Provisão) para outros créditos de liquidação	(250)	(273)	2.048
Reversão / (Provisão) de Contingências e Processos	1.053	2.592	-
Perda no recebimento de crédito (c)	(827)	(1.161)	(7.736)
Juros e correção recebidos s/ desbloqueio judicial	-	-	955
Outras despesas operacionais	(105)	(499)	(381)
Outras receitas operacionais	487	1.293	839
Total	<u>(2.912)</u>	<u>(2.797)</u>	<u>(7.001)</u>

- (a) Referem-se a despesas a pagar para Empresas do Grupo BNY Mellon no exterior, referente ao rateio de despesas do grupo, que precisam ser reconhecidas no resultado da Distribuidora e pagas periodicamente. Para fins fiscais, são consideradas despesas indedutíveis.

- (b) Referem-se a custos gerados pelos fundos de investimentos administrados pela Distribuidora.
- (c) Referem-se a perda no recebimento de taxa de administração e despesas administrativas de Fundos, que na avaliação da Distribuidora existe baixa expectativa de realização em função da iliquidez dos ativos integrantes nas carteiras desses fundos.

22 Contingências

a. Contingências trabalhistas, fiscais e cíveis – Prováveis

Em conformidade com o CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, aprovado pela resolução do CMN nº 3.823/2009, a Distribuidora constitui provisão para contingências trabalhistas, cíveis e fiscais com risco de perda provável.

Movimentação das provisões para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis, classificadas como prováveis:

	2º semestre de 2015	2015	2014
Demandas Trabalhistas			
Saldo Inicial	150	151	186
Constituição	67	122	56
Reversão da provisão		(56)	(91)
Baixa por pagamento	(95)	(95)	-
Saldo final	<u>122</u>	<u>122</u>	<u>151</u>
Demandas Fiscais			
Saldo inicial	3.700	3.638	3.250
Constituição	-	-	258
Atualização	71	133	130
Saldo final (1)	<u>3.771</u>	<u>3.771</u>	<u>3.638</u>
Demandas Cíveis			
Saldo Inicial	8.008	9.202	13
Constituição	995	1.164	9.202
Reversão da Provisão	-	(1.483)	(13)
Baixa por pagamento	(1.153)	(1.153)	-
Atualização	5	126	-
Saldo final (2)	<u>7.856</u>	<u>7.856</u>	<u>9.202</u>
Total das demandas Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	<u><u>11.749</u></u>	<u><u>11.749</u></u>	<u><u>12.991</u></u>

- (1) A Distribuidora vem discutindo judicialmente a inconstitucionalidade da COFINS, onde pleiteia calcular e recolher a COFINS sobre o efetivo faturamento, cujo conceito consta no artigo 2º da Lei Complementar nº 70/1991, afastando-se assim a ampliação da base de cálculo pretendida pelo parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/1998. Baseado na opinião dos assessores jurídicos, o valor está totalmente provisionado e em 31 de dezembro de 2015 monta a R\$ 2.104 (R\$ 2.104 em 31 de dezembro de 2014), registrado na conta de provisão para contingências. Por decisão judicial, a partir de janeiro de 2010, foram realizados depósitos judiciais correspondentes a esse processo e o saldo em 31 de dezembro de 2015 totaliza R\$ 2.141 (R\$ 2.097 em 31 de dezembro de 2014), conforme Nota Explicativa nº 7. Devido à mudança da base de cálculo trazida pela Lei nº 12.973, a partir do fato gerador de janeiro de 2015, a Distribuidora deixou de realizar o depósito judicial referente à ação judicial da COFINS, e com isso o recolhimento passou a ser feito por meio do DARF, correspondendo a 100% do valor apurado da COFINS.

Há dois processos administrativos instaurados pela Receita Federal em face da Distribuidora, por meio dos quais se exige o recolhimento de contribuição previdenciária (parcela patronal), SAT e contribuições destinadas a terceiros, que supostamente incidiriam sobre pagamentos efetuados aos empregados a título de participação nos lucros e resultados (PLR), referentes ao período-base de setembro e outubro de 2008 e janeiro, março, setembro e outubro de 2009 no montante total de R\$ 6.662 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 6.160 em 31 de dezembro de 2014), cuja expectativa de perda é considerada parte como possível e parte provável. Foi constituído, com base na opinião de seus consultores jurídicos, que consideram provável as chances de perda de parte do valor, provisão no montante de R\$ 1.667 (R\$ 1.534 em 31 de dezembro de 2014).

- (2) O saldo é composto em sua maioria por duas ações de reparação de danos em face da Distribuidora, na qual os autores pretendem indenização pelas perdas sofridas em decorrência de suposta conduta irregular praticada pelos réus. Foi proferida sentença em ambas as ações, a qual acolheu em parte os pedidos autorais para determinar a condenação solidária da gestora e da administradora ao pagamento da quantia de, aproximadamente, R\$ 6.638 e R\$ 233, respectivamente, sob o fundamento de que as infrações ao regulamento do fundo, causaram prejuízos indenizáveis aos mesmos. Foi interposto recurso de apelação ainda pendente de julgamento.

b. Contingências trabalhistas, fiscais e cíveis – Possíveis

As contingências classificadas com risco possível são dispensadas de constituição de provisão com base no CPC 25- Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009.

Os montantes relacionados no quadro abaixo representam a estimativa de valores classificados como chance de perda possível, pelos assessores jurídicos da Distribuidora.

Contingências passivas:	31/12/15	31/12/14
Trabalhista (1)	40	120
Fiscais (2)	9.296	4.685
Cíveis (3)	<u>427.641</u>	<u>353.030</u>
Total	<u><u>436.977</u></u>	<u><u>357.835</u></u>

- (1) Existem ainda contingências passivas de natureza trabalhista avaliadas como risco possível, cujos montantes estimados de perda não puderam ser estimados com confiabilidade pela Administração em função do andamento dos processos, que encontram-se em fase inicial.
- (2) Trata-se de Auto de Infração decorrente de autuação de contribuições previdenciárias, multa de ofício qualificada (150%) e juros de mora, em face de LPS Brasília - Consultoria de Imóveis S/A. A Distribuidora figura como sujeito passivo neste caso, em função do exercício da administração do Opportunity Fundo de Investimento Imobiliário (“Fundo”), o qual contratou os serviços da LPS Brasília - Consultoria de Imóveis S/A para venda de empreendimento de sua propriedade. O período da autuação refere-se a 01/2010 a 12/2011 e a Distribuidora assumiu a administração do referido Fundo a partir de 17/12/2012. O valor envolvido no processo classificado como possível de perda em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 3.945.
- (3) Em 8 de agosto de 2014, o Instituto de Seguridade dos Correios (o “Autor”) ajuizou ação ordinária contra a BNY Mellon DTVM e Fabrizio Dulcetti Neves (“Sr. Fabrizio”, em conjunto com a BNY Mellon DTVM denominados “Réus”), sócio controlador da Atlântica Administradora de Recursos Ltda. (“Atlântica”), em razão de supostos prejuízos, lucros cessantes e/ou danos emergentes decorrentes da alegada má administração e/ou gestão, pelos Réus, do Brasil Sovereign II Fundo de Investimento em Dívida Externa (“Brasil Sovereign II”). Na mesma data, o Autor solicitou liminarmente o bloqueio judicial e a transferência, para uma conta de depósito judicial, da importância de R\$ 197.859.

Em 21 de agosto de 2014, a Juíza de Direito da 29ª Vara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro deferiu o pedido do Autor e determinou o bloqueio dos saldos bancários disponíveis, no dia 22 de agosto de 2014, no montante integral requerido, posteriormente substituído por Carta de Fiança bancária, contratada junto ao Banco Bradesco, e que por sua vez é garantida por sua controladora final, para a qual são pagos trimestralmente valores relativos à comissão de fiança, conforme nota explicativa nº 25.

O valor envolvido no processo classificado como risco possível de perda da causa, segundo relatório enviado pelos assessores jurídicos externos, em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 249.815. As demais causas de natureza cível classificadas como risco possível de perda correspondem substancialmente a processos judiciais em que a Distribuidora figura como ré em condenação solidária à de gestores em virtude de suposta má gestão e administração de fundos de investimentos por ela administrados.

Adicionalmente, foram ajuizadas outras ações judiciais pelo Instituto de Seguridade dos Correios em face da Distribuidora. Considerando que os processos ainda estão em fase inicial e que a Distribuidora ainda não foi citada em parte dessas ações, não foi possível determinar os montantes estimados de perda e os riscos associados. Além disso, há inquéritos e processos administrativos em curso na CVM tratando de tais assuntos.

23 Contribuição previdenciária

A Distribuidora concedia a seus diretores e empregados o benefício, opcional, de participação no plano de previdência privada da BRASPREV - Fundação Brascan de Previdência, na modalidade de benefício definido, participando como patrocinadora com parcela da contribuição mensal. Este benefício foi mantido para os diretores e funcionários que então haviam optado em participar do referido plano até fevereiro de 2004. Em março de 2012, a Distribuidora transferiu seu plano de benefício definido da BRASPREV para a Icatu Fundo Multipatrocinado. As contribuições para este plano totalizaram R\$ 360 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (R\$288 em 31 de dezembro de 2014).

Em relação ao plano de previdência privada da Icatu Fundo Multipatrocinado, na modalidade de benefício definido, a Distribuidora realizou uma avaliação atuarial na data-base 31 de dezembro de 2015 e, devido ao superávit apresentado, não houve provisão constituída. Vide Nota Explicativa nº 19.

A partir de março de 2004, a Distribuidora passou a proporcionar aos seus diretores e empregados o benefício, opcional, de participação no plano de previdência privada da Icatu Seguros S.A., na modalidade de contribuição definida, participando como patrocinadora com parcela da contribuição mensal. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a contribuição da Distribuidora para a previdência privada montou a R\$ 1.124 (R\$ 1.648 em 31 de dezembro de 2014).

24 Programa de participação nos lucros

A Distribuidora possui um programa de participação nos lucros e/ou resultados para seus funcionários. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não foi apurado resultado a ser distribuído, sendo que o montante credor de R\$ 2.773 apresentado no resultado do referido período refere-se à reversão de provisões previamente constituídas. Em 31 de dezembro de 2014, foi apurado para fins de distribuição, o montante de R\$ 2.312.

25 Transações com partes relacionadas

Descrição	2015		
	Ativo	Passivo	Transação/ resultado
Diretoria		6.321	(15.922)
Empresas do Grupo no país	708	3	4.165
Empresas do Grupo no exterior	19	334	(4.303)
	<u>727</u>	<u>6.658</u>	<u>(16.060)</u>

*BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de
Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014*

Descrição	2014		
	Ativo	Passivo	Transação/ resultado
Diretoria	-	5.359	(9.561)
Dividendos devidos à controladora	-	28	
Dividendos a receber	4.656	-	
Empresas do Grupo no exterior	138	122	(2.102)
Total	4.794	5.509	(11.663)

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, bem como as transações que influenciaram os resultados dos períodos, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Distribuidora e outras partes relacionadas, conforme a seguir:

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foi registrado um montante a pagar referente a gratificação para a diretoria de R\$ 6.321 (R\$ 5.359 em 31 de dezembro de 2014). O efeito no resultado deve-se a gratificação anual, benefícios e aos honorários mensais pagos à diretoria.

O saldo a receber / a pagar existente com empresas do Grupo BNY Mellon no exterior, corresponde a valores cobrados ou reembolsados relacionados a rateio de despesas do grupo, que precisam ser reconhecidas no resultado da Distribuidora e pagas periodicamente. Para fins fiscais, são consideradas despesas indedutíveis. De acordo com as regras do Grupo, os valores são recebidos/liquidados até o final do mês subsequente ao mês de emissão da invoice.

Em 7 de julho de 2015, a Distribuidora e as empresas ARX Investimentos Ltda., BNY Mellon Banco S.A., BNY Mellon Administração de Ativos Ltda. e BNY Mellon Alocação de Patrimônio Ltda. assinaram o contrato de rateio de custos e despesas administrativas, com o objetivo de regular o compartilhamento das estruturas administrativas e operacionais que correspondem a, dentre outros, funcionários, técnicos, contratados, meios de produção, equipamentos, materiais, local físico e material de terceiros. De acordo com os termos do contrato, os custos e despesas arcados pela Parte Pagadora serão reembolsados pelas Partes Beneficiárias, por meio de cobranças mensais realizadas por meio de notas de débito emitidas pela Parte Pagadora. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o rateio de custos e despesas administrativas impactou o resultado da Distribuidora no montante de R\$ 4.165.

A ARX Investimentos Ltda. (“ARX”), subsidiária do The Bank of New York Mellon Corporation, com sede em Nova Iorque, atua como gestora de fundos de investimentos administrados pela Distribuidora. A ARX e sua subsidiária integral BNY Mellon Alocação de Patrimônio Ltda. não integram o grupo econômico financeiro do qual a Distribuidora faz parte. Em 31 de dezembro de 2015 a Distribuidora possuía saldos a receber de R\$ 235 e R\$ 42 referente ao contrato de rateio de custos e despesas administrativas com a ARX Investimentos Ltda., e sua subsidiária BNY Mellon Alocação de Patrimônio Ltda., respectivamente.

Durante o exercício de 2015, a Distribuidora manteve movimentação em conta corrente no BNY Mellon Banco S.A. (“Banco”), integrante do mesmo conglomerado financeiro. Em 31 de dezembro de 2015 a Distribuidora apresentou um saldo no montante de R\$44 (R\$21 em 31 de dezembro de 2014) no Banco, que encontra-se apresentado na rubrica “Disponibilidades” do balanço patrimonial.

O rateio de custos e despesas administrativas com o BNY Mellon Banco S.A. gerou no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 saldos a pagar e a receber nos montantes de R\$ 3 e R\$ 396, respectivamente.

Remuneração de diretores e pessoal chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da administração, que inclui diretores, totalizou R\$ 15.922 no exercício de 2015 (R\$ 9.561 no exercício de 2014). Neste valor estão englobados benefícios de curto prazo, que correspondem a: (i) pro-labore pago à diretoria; (ii) bônus pago e (iii) outros benefícios, como plano de saúde, plano dental, previdência privada e seguro de vida. Adicionalmente, o Grupo possui política de remuneração baseada em ações conforme divulgado na Nota Explicativa nº 16 e plano de pensão, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 23.

Controladora e parte controladora final

A controladora direta da Distribuidora é a BNY Mellon Participações Ltda. e a controladora final do Grupo é o The Bank of New York Mellon Corporation. Em 31 de dezembro de 2014, a Distribuidora possuía saldos a pagar de R\$ 28, referentes aos dividendos mínimos obrigatórios.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Distribuidora obteve carta de fiança com sua controladora final como garantia de pagamento, em caso de execução, da fiança contratada junto ao Banco Bradesco em relação à ação ordinária ajuizada pelo Instituto de Seguridade dos Correios, conforme nota explicativa nº 22-b, item 3. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Distribuidora pagou R\$ 851 referente comissão de fiança para sua Controladora final (R\$ 231 em 31 de dezembro de 2014), registrado na rubrica “outras despesas administrativas”.

Controlada direta

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a BNY Mellon Administração de Ativos Ltda pagou dividendos no valor de R\$ 4.656 referentes aos dividendos adicionais propostos no exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

No exercício findo em 2014 a BNY Mellon DTVM, obteve entre 25 de agosto de 2014 e 20 de outubro de 2014 seis empréstimos junto a sua controlada BNY Mellon Administração de Ativos Ltda., no montante total de R\$ 21.660, com um prazo de vencimento de 15 dias e juros baseados na taxa SELIC. O mútuo foi realizado para que a Distribuidora pudesse honrar seus compromissos financeiros, junto a seus fornecedores, prestadores de serviços, funcionários e órgãos reguladores, e não comprometer os negócios, em virtude do bloqueio judicial dos saldos bancários disponíveis, ocorrido no dia 22 de agosto de 2014, devido à ação ordinária do Instituto de Seguridade dos Correios - “Postalís”, conforme descrito na Nota Explicativa nº 22. Os empréstimos foram liquidados entre os dias 9 de setembro de 2014 e 7 de novembro de 2014.

Em 31 de dezembro de 2015 a Distribuidora possuía o montante de R\$35 a receber da sua controlada BNY Mellon Administração de Ativos referente ao contrato de rateio de custos e despesas administrativas.

26 Limite operacional (acordo da Basiléia)

As instituições financeiras e entidades equiparadas têm que manter patrimônio líquido mínimo de 11% dos seus ativos, ponderados por graus de risco às exposições em ouro, moedas estrangeiras e operações sujeitas ao risco operacional e às variações: cambial; taxa de juros; do preço de *commodities*; e do preço de ações classificadas na carteira de negociação, conforme regras e instruções do BACEN. O conglomerado financeiro e o consolidado econômico-financeiro estavam enquadrados nesse limite operacional em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

* * *

Patricia Mussalan
Diretora

Cristiane Soares Azevedo Rodrigues
Contadora
CRC RJ-108555/O-7